

CONDUTAS DE CIRURGIÕES-DENTISTAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE FRENTE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Stephanye Lima, Beatriz Barros, Calina Moura, Beatriz Aparecida Leite, Larissa Araújo, Patrícia Farias, Isabella Vieira, Izabel Souza, José Sobrinho

RESUMO

O tratamento odontológico na APS envolve conhecimento geral, mas também específico frente às diversas especialidades odontológicas. Logo, é objetivo desse estudo conhecer as condutas dos cirurgiões-dentistas da APS de um município pernambucano frente às pessoas com necessidades especiais e assim compreender o nível de resolutividade da APS. Para isso, foi realizado um estudo transversal com um formulário online, destinado a esses profissionais. Esse formulário incluiu perguntas sobre o perfil sociodemográfico do participante e questões dicotômicas sobre condutas envolvendo pessoas com necessidades especiais. A partir da análise dos dados observou-se alta resolutividade da APS com percentual baixo de encaminhamentos. Esses, por sua vez, se apresentaram devido a necessidade de aprimoramento técnico acerca de grupos específicos de pacientes com necessidades especiais. Além disso, observou-se não existir associação significativa entre a conduta adotada e outras variáveis como: tempo de formação, de atuação na APS e tipo de instituição de formação.

Palavras-chave: Tratamento Odontológico. Assistência Odontológica para a Pessoa com Deficiência. Condutas nas Práticas dos Dentistas. Atenção Primária à Saúde. Encaminhamentos.

ABSTRACT

Dental treatment in primary health care (PHC) involves general knowledge, but also specific knowledge related to the various dental specialties. Therefore, the objective of this study is to understand the practices of dentists in PHC in a municipality in Pernambuco when dealing with people with special needs and thus understand the level of effectiveness of PHC. To this end, a cross-sectional study was conducted using an online questionnaire for these professionals. This questionnaire included questions about the participant's sociodemographic profile and dichotomous questions about practices involving people with special needs. The data analysis showed a high level of effectiveness in PHC with a low percentage of referrals. These referrals, in turn, are relevant due to the need for technical improvement regarding specific groups of patients with special needs. Furthermore, there was no significant association between the adopted practice and other variables.

Keywords: Dental Care. Dental Care for Persons with Disabilities. Dental Practice Pattern. Primary Health Care. Referrals.

Revista da Rede APS 2026

Publicada em: 08/03/2026

DOI: 10.14295/aps.v8i1.396

Stephanye Lima
(ASCES-UNITA)

Beatriz Barros
(ASCES-UNITA)

Calina Moura
(ASCES-UNITA)

Beatriz Aparecida Leite
(ASCES-UNITA)

Larissa Araújo
(ASCES-UNITA)

Patrícia Farias
(ASCES-UNITA)

Isabella Vieira
(ASCES-UNITA)

Izabel Souza
(ASCES-UNITA)

José Sobrinho
(ASCES-UNITA)

Correspondência para:
Stephanye Lima
(thaystpb24@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), além de coordenadora do cuidado e ordenadora da rede de atenção à saúde. É nela que são operacionalizados os princípios e diretrizes do SUS e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) (Brasil, 2017). A APS vista na perspectiva de estratégia de organização do sistema de atenção à saúde é exercida com base em atributos e funções específicos. Entre os atributos essenciais da APS estão: o primeiro contato, a longitudinalidade, a integralidade, a coordenação do cuidado. E entre as funções da APS é importante destacar a resolubilidade, fundamentada na capacidade da APS ser resolutiva, apta a atender mais de 90% dos problemas e condições de saúde de sua população (Mendes, 2015). Desse modo, a quantidade de encaminhamentos e filas de espera para a atenção especializada é reduzida.

Na perspectiva de ampliar as ações da APS e fortalecer seus atributos e funções, é inserida e instituída a equipe de saúde bucal (eSB) à Estratégia de Saúde da Família (ESF), através da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) (Brasil, 2004; Brasil, 2023). Essa equipe atua no território para além dos limites da boca, integrando ações intersetoriais, educativas, de promoção à saúde, de assistência (Brasil, 2008). Em relação à assistência clínica especificamente, o cirurgião-dentista, além de utilizar conceitos gerais, também necessita de conhecimentos mais específicos sobre diversas especialidades. Um grupo de pacientes que necessita de atendimento diferenciado e adaptado é o de pessoas com necessidades especiais. Esse grupo é caracterizado como todo indivíduo que apresente limitações que o impeça de ser submetido a situações odontológicas convencionais (Brasil, 2008).

No município de estudo, esses indivíduos são assistidos em todos os níveis de complexidade. Na APS é onde a maior parte das demandas deve ser resolvida, mas se essa esgotar suas possibilidades, haverá o atendimento no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) ou no âmbito hospitalar, se for necessário. Os

encaminhamentos à especialidade devem ocorrer após avaliação do cirurgião-dentista da APS e realização de duas tentativas frustradas de atendimento (Secretaria de Saúde, 2023).

Nesse contexto é objetivo desse estudo conhecer as condutas dos profissionais dentistas da APS de um município pernambucano ao lidar com pessoas com necessidades especiais, para compreender a resolubilidade desse atendimento odontológico na APS. Para isso será verificada se há a realização de tentativas de atendimento ou já é feito o encaminhamento à especialidade de pacientes com necessidades especiais (PNE). Também será examinada a relação entre formação acadêmica, tempo de atuação na APS e conduta adotada pelo cirurgião-dentista para compreender se há associação significativa.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo foi produzido a partir do projeto de pesquisa intitulado: Tratamento odontológico na Atenção Primária: condutas e encaminhamentos dos cirurgiões-dentistas num município pernambucano em diversas especialidades. Uma pesquisa do tipo transversal com abordagem quantitativa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com número de parecer: 7.533.113. A pesquisa consistiu na aplicação de um formulário online através do Google Forms.

Esse formulário foi apresentado a 62 cirurgiões-dentistas da APS atuantes num município pernambucano. Esse instrumento de coleta de dados continha duas sessões de perguntas: a primeira referente ao dentista e sua formação e a segunda referente a situações odontológicas encontradas na APS frente às áreas: estomatologia, endodontia, odontopediatria, pacientes com necessidades especiais, dentística e cirurgia oral menor. Essa segunda sessão se distribuiu em perguntas dicotômicas para avaliar a conduta do dentista frente à cada situação exposta.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho a setembro de 2025 e de modo remoto, através do Whatsapp. Foram excluídos da coleta de dados os participantes da validação do

instrumento da coleta de dados e os autores do projeto, para não gerar conflito de interesses.

A análise dos dados foi feita de modo quantitativo. Essa análise ocorreu através de duas abordagens. A primeira foi a estatística descritiva para caracterização da amostra final, na qual as variáveis categóricas foram apresentadas por meio de frequências absolutas e percentuais.

A segunda foi a estatística inferencial, associando as variáveis dependentes, relacionadas às condutas adotadas, com as variáveis independentes, relacionadas aos dados sociodemográficos (tempo de formação, tempo de atuação na APS e instituição de formação).

Essa análise de associação foi feita por meio da aplicação do Teste do Qui-quadrado de Pearson ou teste Exato de Fisher, quando a condição para utilização do Qui-quadrado não foi verificada. A margem de erro utilizada na decisão dos testes estatísticos foi de 5%. Os dados foram digitados na planilha Excel e o programa utilizado para obtenção dos cálculos estatísticos foi o IBM SPSS na versão 27.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto do questionário sociodemográfico (quadro 1) é possível perceber que a amostra de participantes está significativamente representada por dentistas, que não são residentes (90,3%), que estão formados há mais de 10 anos (54,8%) e que atuam na APS há mais de 10 anos (54,8%). Outro dado importante é relacionado à pós-graduação, mais de 70% fizeram especialização, embora apenas um participante na especialidade de PNE.

Ao analisar as novas Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de graduação em odontologia no Brasil, percebe-se que essas são as primeiras a contemplarem os indivíduos com necessidades especiais e foram homologadas em 2021 (Brasil, 2021). Essa informação enfatiza que os conhecimentos teóricos e práticos para compreensão e domínio acerca desses pacientes foram instituídos há cerca de 4 anos. Informação recente, que vai de

encontro a formação acadêmica de mais de 70% dos participantes do presente estudo.

Embora a maioria dos participantes certamente não tenham adquirido formação que contemplasse pessoas com necessidades especiais, o resultado da pesquisa foi, de modo geral, positivo. As condutas de atendimento na APS foram muito superiores aos encaminhamentos, contudo, esses poderiam ser reduzidos se a temática fosse ampliada.

Ademais, em estudos semelhantes, os autores Lawrence et al. (2014); Macêdo et al. (2018) e Azevedo et al. (2019) encontraram resultados similares. Ao indagar os dentistas sobre realizar ou não o atendimento de pacientes com necessidades especiais, a maioria (>80%) afirmaram atender. Embora haja o atendimento, não fica especificado quais os tipos de tratamento realizados pela maioria dos participantes.

Analisando especificamente as questões sobre as condutas adotadas pelos participantes (quadro 2), duas questões estão em destaque. A primeira se refere a pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), resultando em apenas um participante que optou pelo encaminhamento à especialidade. Isso mostra que mais de 90% da amostra realiza ao menos duas tentativas de atendimento na APS e realiza as adaptações necessárias. A outra questão em destaque é referente a pacientes com Síndrome de Down, resultando em unanimidade dos participantes em realizar as tentativas de atendimento e as adaptações necessárias.

Por outro lado, nas outras duas questões, há um percentual maior de participantes que realizam o encaminhamento à especialidade, pois observam a necessidade de aprimoramento técnico para atender esses pacientes com necessidades especiais. São elas referentes a pessoas com paralisia cerebral (29% encaminham) e com diabetes descompensado (16,1% encaminham).

O estudo de Azevedo et al. (2019) concorda parcialmente quanto aos perfis de maiores dificuldades de atendimento, sendo esses o de pacientes com paralisia cerebral (39,4%),

autismo (21,0%) e deficiência intelectual (10,5%). Esse estudo também se assemelha quando avalia as principais dificuldades enfrentadas no atendimento e a percepção dos cirurgiões-dentistas sobre dificuldade de acesso do paciente com necessidade especial, estão entre elas: a falta de preparo dos cirurgiões-dentistas (34,15%) e a percepção de falta de treinamento (27,27%).

O estudo de Gabaldo et al. (2020) também aponta falta de preparo e necessidade de melhoria na formação, quando avalia que 69,09% dos cirurgiões-dentistas não se sentem seguros para atendimento aos pacientes com necessidades especiais e que 87,79% desejam receber mais informações acerca de protocolos de atendimento.

Em comparação, os estudos de Lawrence et al. (2014); Macêdo et al. (2018) e Silva et al. (2024), que aplicaram o mesmo instrumento de coleta de dados, identificaram que 90,1%, 73,3% e 87,1% dos participantes, respectivamente, já encaminharam pacientes com necessidades especiais ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Contudo não identificaram se foi na primeira consulta ou se após, ao menos, duas tentativas sem sucesso. Os mesmos estudos, ao questionar o que seria necessário para melhorar o atendimento aos pacientes com necessidades especiais, identificaram que 67,5%, 73,3% e 80,6% dos participantes dos respectivos estudos consideraram capacitação ou aperfeiçoamento.

Considerando a análise dos quadros 3, 4 e 5 é possível inferir que, o tempo de formação, o tempo de atuação na APS e a instituição de formação não têm associação significativa com a conduta adotada pelos participantes ($p > 0,05$). Isso reforça o aprimoramento técnico como a principal variável associada à conduta adotada, nesse estudo, contudo não desconsidera outras variáveis que podem estar associadas. O estudo de Azevedo et al. (2019) também associou variáveis, mas eram entre característica do cirurgião-dentista e experiência, conhecimento e barreiras no atendimento aos pacientes com necessidades especiais. A única semelhante é em relação ao

tempo de formado, contudo não houve, também, significância estatística.

Em suma, foi possível perceber que a maioria dos participantes atende pessoas com necessidades especiais na APS e realizam tentativas, com as adaptações necessárias, consoante ao preconizado no Caderno de Atenção Básica nº 17 de saúde bucal e na Norma Operacional para o Acesso equitativo e integral a consultas especializadas (Brasil, 2008; Secretaria de saúde, 2023). Em contrapartida, alguns profissionais encaminham logo para a atenção especializada, pois observam a necessidade de aprimoramento técnico para atender grupos específicos. Isso pode se justificar na dificuldade de manejar condições sistêmicas, encontrada nos atendimentos aos pacientes com paralisia cerebral ou diabéticos descompensados, em comparação ao manejo comportamental necessário ao atendimento aos pacientes com TEA ou Síndrome de Down. Também pôde-se compreender que o tempo de formação, o tempo de atuação na APS e o tipo de instituição de formação não estavam associados à conduta adotada, enfatizando que a necessidade de aprimoramento técnico foi a principal variável relevante nesse estudo.

Todavia, o presente estudo tem limitações, são elas: amostra pequena de participantes e instrumento de coleta de dados com poucas questões e focado em grupos específicos de pacientes com necessidades especiais, o que pode influenciar na generalização dos resultados. Além disso, a abordagem não aprofunda o tipo de procedimento realizado nessas tentativas de atendimento, se são mais básicos ou mais complexos, o que poderia traçar um perfil de atendimento mais fidedigno à realidade. Contudo, é ponto positivo a abordagem de um tema de tamanha relevância, com vistas à melhoria da atenção à saúde desses pacientes na APS. Assim, esse estudo pode ser aplicado para atualização ou criação de protocolos de atendimento, capacitação de profissionais, através de educação permanente e continuada, atualização de dados para a gestão, além de contribuir para estudos futuros. A análise dos dados foi fundamentada nas respostas de 31 participantes da pesquisa. O quadro 1 mostra o

perfil demográfico e acadêmico desses participantes. O quadro 2 mostra qual a conduta adotada pelos participantes, de modo dicotômico, diante de questões envolvendo pessoas com necessidades especiais. Nos quadros 3, 4 e 5, que mostram associação entre variáveis, os enunciados das questões e alternativas foram identificados de modo simplificado, mas condizentes com as informações do quadro 2.

Quadro 1. Perfil demográfico e acadêmico

Variável	n (%)
TOTAL	31 (100,0)
É residente?	
Sim	3 (9,7)
Não	28 (90,3)
Tempo de formação acadêmica (anos)	
< 1	2 (6,5)
1 a 5	6 (19,4)
6 a 10	6 (19,4)
> 10	17 (54,8)
Tempo de atuação na APS (anos)	
< 1	3 (9,7)
1 a 10	11 (35,5)
> 10	17 (54,8)
Faculdade de formação	
Privada	20 (64,5)
Pública - Federal	7 (22,6)
Pública - Estadual	4 (12,9)
Pós-graduação	
Mestrado	2 (6,5)
Especialização	23 (74,2)
Não fez	6 (19,4)
Área da pós-graduação	
Endodontia	3 (9,7)
Pacientes com necessidades especiais	1 (3,2)
Outras áreas	21 (67,7)

Quadro 2. Questões e condutas dos cirurgiões-dentistas.

Variável	n (%)
TOTAL	31 (100,0)
1ª Paciente em idade escolar com Transtorno do Espectro Autista, nível 2 de suporte, chega com seu responsável, para seu primeiro atendimento com dentista na Unidade Básica de Saúde (UBS). Diante desse caso, qual a sua conduta?	
A- Realiza pelo menos duas tentativas de atendimento na UBS, realizando as adaptações necessárias.	30 (96,8)
B- Encaminha para a especialidade devido à necessidade de aprimoramento técnico para atender esses pacientes com necessidades especiais.	1 (3,2)
2ª Paciente com paralisia cerebral chega com seu acompanhante para atendimento com dentista na UBS. Considerando as adaptações necessárias para o atendimento do paciente, qual a sua conduta?	
A- Realiza pelo menos duas tentativas de atendimento na UBS, realizando as adaptações necessárias.	22 (71,0)
B- Encaminha para a especialidade devido à necessidade de aprimoramento técnico para atender esses pacientes com necessidades especiais.	9 (29,0)
3ª Paciente com Síndrome de Down chega à UBS para atendimento com dentista. Devido às características clínicas e especificidades dessa condição, qual a sua conduta?	
A- Realiza pelo menos duas tentativas de atendimento na UBS, realizando as adaptações necessárias.	31 (100)
B- Encaminha para a especialidade devido à necessidade de aprimoramento técnico para atender esses pacientes com necessidades especiais.	-
4ª Paciente diabético descompensado chega para atendimento com dentista na UBS. Diante de pacientes com patologias sistêmicas crônicas, considerando o manejo clínico, qual a sua conduta?	
A- Realiza pelo menos duas tentativas de atendimento na UBS, realizando as adaptações necessárias.	26 (83,9)
B- Encaminha para a especialidade devido à necessidade de aprimoramento técnico para atender esses pacientes com necessidades especiais.	5 (16,1)

Quadro 3. Conduta x tempo de formação.

Variável	Tempo de formação (anos)			Grupo Total	Valor de p
	Até 5 n (%)	6 a 10 n (%)	> 10 n (%)	n (%)	
TOTAL	8 (100,0)	6 (100,0)	17 (100,0)	31 (100,0)	
2ª questão					p (¹) = 0,871
A- Atende na APS	5 (62,5)	5 (83,3)	12 (70,6)	22 (71,0)	
B- Encaminha	3 (37,5)	1 (16,7)	5 (29,4)	9 (29,0)	
4ª questão					p (¹) = 1,000
A- Atende na APS	7 (87,5)	5 (83,3)	14 (82,4)	26 (83,9)	
B- Encaminha	1 (12,5)	1 (16,7)	3 (17,6)	5 (16,1)	

(¹) Teste Exato de Fisher

Quadro 4. Conduta x tempo de atuação na APS.

Variável	Tempo de atuação na UBS		Grupo Total	Valor de p
	Até 10 anos n (%)	> 10 anos n (%)	n (%)	
TOTAL	11 (100,0)	20 (100,0)	31 (100,0)	
2ª questão				p (¹) = 1,000
A- Atende na APS	8 (72,7)	14 (70,0)	22 (71,0)	
B- Encaminha	3 (27,3)	6 (30,0)	9 (29,0)	
4ª questão				p (¹) = 0,631
A- Atende na APS	10 (90,9)	16 (80,0)	26 (83,9)	
B- Encaminha	1 (9,1)	4 (20,0)	5 (16,1)	

(¹) Teste Exato de Fisher

Quadro 5. Conduta x tipo de instituição de formação.

Variável	Instituição		Grupo Total	Valor de p
	Privada n (%)	Pública n (%)		
TOTAL	20 (100,0)	11 (100,0)	31 (100,0)	
2ª questão				
				p ⁽¹⁾ = 0,106
A- Atende na APS	12 (60,0)	10 (90,9)	22 (71,0)	
B- Encaminha	8 (40,0)	1 (9,1)	9 (29,0)	
4ª questão				
				p ⁽¹⁾ = 0,631
A- Atende na APS	16 (80,0)	10 (90,9)	26 (83,9)	
B- Encaminha	4 (20,0)	1 (9,1)	5 (16,1)	

(¹) Teste Qui-quadrado de Pearson

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo evidenciam que a APS do município examinado tem potencial resolutivo no atendimento às pessoas com necessidades especiais, demonstrado pela predominância de tentativas de atendimento odontológico na APS em comparação ao percentual de encaminhamentos à atenção especializada. Contudo, esses encaminhamentos justificados pela necessidade de aprimoramento técnico apontam para lacunas na educação permanente dos cirurgiões-dentistas e sinalizam à gestão a importância de investir em estratégias educacionais que deem suporte a esses profissionais. Além disso, outras variáveis devem ser investigadas, em estudos futuros, para melhor elucidar o contexto dos encaminhamentos a fim de ampliar a resolutividade da APS.

REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, M. S.; CASTANHEIRA, V. S.; SILVA, L. F.; SCHARDOSIM, L. R. Percepção e

atitudes dos cirurgiões-dentistas de Unidades Básicas de Saúde sobre o atendimento de Pacientes com Necessidades Especiais. **Revista da ABENO**, v. 19, n. 3, p. 87-100, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.30979/rev.abeno.v19i3.899>. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/899/612>. Acesso em: 09 nov 2025.

2. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais do curso de graduação em Odontologia**. Brasília, DF, jun. de 2021. Disponível em: <https://abeno.org.br/destaques/novas-dcn-odontologia-homologadas/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília, DF, jan. de 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica, nº 17: Saúde Bucal**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da

Saúde, 2008. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional da Atenção Básica, estabelecendo a revisão das diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 08 out. 2025.

6. BRASIL. Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023. Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. **Diário Oficial da União**: sessão 1, Brasília, DF, ano 161, n. 89, p. 1, 9 de maio 2023. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=09/05/2023&totalArquivos=122>. Acesso em: 04 out. 2025.

7. GABALDO, N.; GUIMARÃES, M. R. F. S. G.; GAZOLA, E. A.; ROSA, F. G.; CINTRA, L. T. A.; CAVALCANTE, L. S.; GUIMARÃES, G. Percepção dos cirurgiões-dentistas e acadêmicos sobre o atendimento a pacientes com necessidades especiais em Porto Velho – RO. **Revista Saber Científico**, Porto Velho, v. 9, n. 2, p. 11-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22614/resc-v9-n2-1331>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350237450_PERCEPCAO_DOS_CIRURGIOES-DENTISTAS_E_ACADEMICOS SOBRE O ATENDIMENTO A PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM PORTO VELHO - RO. Acesso em: 13 nov. 2025.

8. LAWRENCE, H.; SOUSA, L. P.; GONÇALVES, F. L.; SAINTRAIN, M. V. L.; VIEIRA, A. P. G. F. Acesso à saúde bucal pública pelo paciente especial: a ótica do cirurgião-dentista. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 27, n. 2, p. 190-197, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40833375007>. Acesso em: 09 nov. 2025.

9. MACÊDO, G. L.; LUCENA, E. E. S.; LOPES, I. K. R.; BATISTA, L. T. O. Acesso ao atendimento odontológico dos pacientes especiais: a percepção de cirurgiões-dentistas da Atenção Básica. **Revista Ciência Plural**, v. 4, n. 1, p. 67-80, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2018v4n1ID13839>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/13839>. Acesso em: 09 nov. 2025.

10. MENDES, E. V. **A construção social da Atenção Primária à Saúde**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, 2015. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-CONSTR-SOC-ATEN-PRIM-SAUDE.pdf>. Acesso em: 04 out. 2025.

11. SECRETARIA DE SAÚDE. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle. Secretaria Executiva da Atenção Básica. Coordenação de Saúde Bucal. **Norma operacional para o acesso equitativo e integral a consultas especializadas e exames complementares (NOA - Odontologia)** 2015 (atualização, 2023).

12. SILVA, L. A.; SEDIYAMA, C. M. N. O.; CAÇADOR, B. S.; FREITAS, B. A. C.; JÚNIOR, P. P. Assistência odontológica aos pacientes com necessidades especiais no Sistema Único de Saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 2, p. e14509, 15 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e14509.2024>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/14509>. Acesso em: 20 nov. 2025.